



**DO “UGA UGA” À CANÇÃO DE PROTESTO OU: DO
PRECONCEITO HISTÓRICO À VISIBILIDADE SOCIAL
DOS INDÍGENAS – UM ESTUDO PELO VIÉS DA
RECATEGORIZAÇÃO**

**FROM “UGA UGA” TO THE PROTEST SONG OR: FROM
HISTORIC PREJUDICE TO THE SOCIAL VISIBILITY
OF INDIGENOUS PEOPLES – A STUDY BY THE BIAS OF
RECATEGORIZATION**

Silvia Adélia Henrique Guimarães¹

RESUMO

Neste artigo, analisamos a canção de protesto “Índio do Brasil”, de Matsipaya Waura Txucarramãe, pelo viés da recategorização. A abordagem analítica está fincada no contexto educacional e permeada pelas Leis n.o 10.639/2003 e 11.645/2008, que garantem a inclusão dos estudos da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Assim, a análise converge para reflexões pautadas em noções como lugar de fala e de representatividade. O estudo pressupõe que a relação dos sujeitos sociocognitivos com determinado tipo de contexto contribui para a homologação da recategorização; portanto, disponibilizar autores que sejam representativos para as causas negras e indígenas favorece uma mudança discursiva a favor do antirracismo. A presente proposta de análise da canção indigenista visa contribuir para os veios sociais da teoria aplicada, pois: 1) aborda, problematiza e disponibiliza material de cunho linguístico-discursivo concentrado na temática indígena, que é pouco explorada por não indígenas; 2) reúne perspectivas analíticas mais atualizadas sobre o gênero textual/discursivo canção, visto pela pauta da intersemiose; e 3) disponibiliza base teórica que sirva à elaboração de aulas, tendo em vista ser comum o trabalho com canção nas aulas de linguagens. Dessa forma, o estudo pretendeu uma retroalimentação teoria-prática, encerrando um convite a novos empreendimentos que abarquem a temática antirracista pelo viés texto-discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Textual; Referenciação; Recategorização; Canção de protesto; Povos Originários do Brasil.

¹ Professora regente, Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. E-mail: sguimaraes05@hotmail.com.

ABSTRACT

In this article we analyze the protest song “Índio do Brasil” (“Brazilian Indians”), by Matsipaya Waura Txucarramãe, by the bias of recategorization. The analytical approach is based on the educational context, permeated by the Laws 10639/2003 and 11.645/2008, which guarantee the inclusion of historic studies and the cultures of Afro-Brazilian and Indigenous people. Thus, the analysis converges to reflections based on notions as places of speech and representativeness. The study assumes that the relationship of socio-cognitive subjects with a certain type of context contributes to the homologation of cognitive recategorization. In this way, by offering authors who are representative for black and indigenous causes, the work will help a discursive change in favor of anti-racism. Therefore, the analysis of the indigenous song aims to contribute to the social disposition of applied theory, because: 1) it approaches, problematizes, and provides linguistic-discursive material, concentrated on the indigenous theme, a theme little explored by non-indigenous peoples; 2) brings together more up-to-date analytical perspectives on the textual/discursive genre of song; and 3) it provides a theoretical basis that serves for the preparation of teaching classes, since it is usual to work with songs in the language classes. Thus, the study intends to create a feedback between theory and practice, and offering an invitation to new ventures that address the anti-racist theme by text-discourse bias.

KEYWORDS: Textual Linguistics; Referencing; Recategorization; Protest song; Native peoples of Brazil.

Introdução

Com o advento da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), as aulas do ano letivo de 2020 ocorreram remotamente. Nesse modo de trabalhar língua(gens), atuamos por meio de eixos temáticos que pudessem contribuir para uma formação linguística contextualizada nos diferentes meios virtuais pelos quais circulavam os estudantes e as instituições e que, por isso, pudessem redundar em ações virtuais discentes críticas e ativas (vídeos realizados e editados pelos próprios estudantes; concurso de poemas autorais; *live* com divulgação dos vencedores do concurso, entre outras ações). Foi nesse contexto de ação e reflexão que elaboramos aulas de língua portuguesa pautadas, também, na temática indígena, iniciando nossas práticas linguageiras com videoaulas que perpassassem diferentes gêneros textuais e graus de informatividade e que dessem aportes teórico-práticos necessários aos participantes (GUIMARÃES, 2021, no prelo).

Contudo, para além das ações realizadas na base da educação, percebemos um nicho de cunho acadêmico: há, ainda, poucos trabalhos com recorte analítico concentrados na temática indígena para salas de aulas não indígenas (em especial, na Região Sudeste do Brasil), o que nos levou a selecionar uma das canções trabalhadas com os estudantes para, então, fundamentar a análise e publicá-la na versão artigo científico, o que justifica inserir o trabalho em um acervo que descreve mudanças macrossociais.

Assim, são três eixos os que embasaram o trabalho. O primeiro eixo é de base político-educacional: Com o artigo, objetivamos desconstruir a noção de que a Lei n.º 10.639, de 2003, está exclusivamente relacionada ao estudo da história e da cultura Afro-Brasileira. Além dessa necessária e urgente inclusão, a lei em tela, ampliada pela lei 11.645, de 2008, tornou obrigatório, também, o estudo da história e da cultura indígena, destacando, portanto, os “dois” grupos étnicos como de suma importância para a construção das identidades (plurais!) brasileiras.

O segundo eixo é linguístico: Propusemos uma análise da canção pela perspectiva da Referenciação, a partir do estudo da recategorização, a qual contribuiu para o projeto de dizer da canção: o protesto. Defendemos que este recorte teórico-metodológico, inscrito na Linguística Textual, possibilita uma aplicação que joga luz sobre a forma como os indígenas participam da divulgação de saberes sociais voltados para a humanização e sobre a forma como constroem representações ideológicas que combatem a cultura da opressão colonizadora – o que justifica, inclusive, a escolha do título deste artigo: a transposição do senso comum (que associa os “índios” a uma expressividade linguístico-discursiva limitada representada pelo “uga-uga”) ao lugar efetivo (embora equivocadamente desconhecido) que eles ocupam na sociedade brasileira.

Neste segundo eixo, o linguístico, detivemo-nos nos sentidos, historicamente, atribuídos às palavras “índio” e “indígena”, ressaltando que a descrição desses aspectos mais amplos contribuiu para identificar certas recategorizações que não seriam reconhecidas sem algum conhecimento de aspectos macrossociais. Já o terceiro eixo que embasou o artigo refere-se à teoria dos gêneros textuais/discursivos e pensa, conjuntamente com as demais reflexões macrossociais, na forma como a canção pode desconstruir representações da imagem do indígena fabricadas pelo ponto de vista tradicional/opressor/preconceituoso. Não se trata, salientamos, de um artigo científico que “fala em nome de”, ou de uma forma de “falar em nome” dos diferentes grupos indígenas.

O fato de a leitura analítica ter sido realizada por óculos sociais não indígenas; e o fato de as nuances e desdobramentos históricos e sociológicos não terem sido esgotados na discussão (ou pelas limitações espaciais do texto, ou por nossa própria limitação), reconhecemos que os olhares das lideranças indígenas e de outros ativistas são, mais que bem-vindos, necessários aos desdobramentos da análise ora empreendida – o que faz do artigo apenas um coadjuvante em seu papel de humilde e inicial contribuição.

Por fim, destacamos que o artigo está sumarizado da seguinte forma: na primeira seção, abordamos as noções centrais da referenciação; na segunda, tratamos da noção da canção pela perspectiva do discurso literomusical, enquanto, na terceira seção, registramos um pouco do contexto das lutas indigenistas por meio da palavra. Na quarta seção, que precede as considerações finais, apresentamos a análise da canção de protesto Índio do Brasil, composta e performada por Matsipaya Waura Txucarramãe.

Recategorização: um breve apanhado da teoria sob o olhar sociocognitivo-discursivo

Observados os aspectos plurais inscritos no texto, a teoria da referenciação assume o termo “referenciação” de modo a defini-lo como a “construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, nas ratificações de concepções individuais e públicas do mundo” (MONDADA; DUBOIS, [1995]2003, p. 20), o que deságua no conceito de objeto de discurso. O objeto de discurso (doravante OD) manifesta-se em sua imanente instabilidade e é, apenas momentaneamente, estabilizado pelo projeto de dizer do falante, que, por meio da coconstrução linguístico-discursiva com seu coenunciador, faz pressupor intenções e ideologias (KOCH; MARCUSCHI, 1998; CAVALCANTE, 2011; KOCH, 2011).

Sendo as categorias “nem evidentes nem dadas de uma vez por todas, elas são mais o resultado de reificações práticas e históricas de processos complexos, compreendendo discussões, controvérsias, desacordos” (MONDADA; DUBOIS, [1995] 2003, p. 28), acreditamos que a recategorização parte da mesma premissa da instabilidade do objeto de discurso, sendo, pela retomada, também, momentaneamente, estabilizada com certos valores especificados. Contudo se, originalmente, a recategorização foi lexicalmente demarcada, conforme o propuseram Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), atualmente, o conceito se amplia para um patamar mais discursivo. Isso se explica na ideia de que limitar o processo de recategorização ao evento da remissão por meio de expressões referenciais seria o mesmo que limitar as potencialidades da própria teoria (CAVALCANTE; BRITO, 2016) – tese esta que respalda as pesquisas no campo da referenciação que se afastam de uma proposta que se limita a classificar os elementos linguístico-gramaticais e, simultaneamente, aproximam-se de uma dimensão *ainda mais* sociointeracional e discursiva que acompanha a noção multimodal, cognitiva e discursiva da referenciação. Essa noção pode ser resumida da seguinte forma:

[a] “recategorização” é, por definição, uma alteração nas associações entre representações categoriais parcialmente previsíveis, portanto, em nossa visão pública de mundo. A menor ou maior desestabilização da categoria em mudança é o próprio traço, explícito ou implícito, que define a recategorização de um referente, quer tenha ele sido já introduzido no discurso para ser transformado, quer não tenha sido e se recategorize apenas mentalmente, no próprio momento em que o anafórico remete indiretamente à sua âncora (CAVALCANTE, 2005, p. 132).

Devemos mencionar, ainda, que a perspectiva da recategorização defendida é possível por causa do próprio redimensionamento da noção de texto: nos últimos anos, a Linguística Textual vem sendo marcada por pesquisas que levam a repensar o texto que, antes, visto da perspectiva dual texto \times discurso, passa a integrar as duas noções – texto-discurso². Assim, além das perspectivas sociodiscursiva e interacionista, passa a integrar os estudos da área a perspectiva sociocognitivista (KOCH, 2004; ADAM, 2011; BRONCKART, 2012; CAVALCANTE, 2011).

2 Cavalcante e Custódio Filho (2010) concentram-se em detalhar e discutir diferentes noções de texto assumidas no Brasil; dentre elas, defendem a noção texto-discurso aqui empreendida.

É por esse redimensionamento, pois, da noção de texto, o texto-discurso, que a descrição pode, também, assumir os aspectos múltiplos da constituição do texto: os multilinguageiros, os intertextuais e, ainda, os contextuais (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010).

Essas noções nos são caras, pois, pautados nas proposições iniciais sobre a Recategorização e no desenvolvimento da teoria nos últimos anos (JAGUARIBE, 2004; LIMA; CIULLA, 2008; CUSTÓDIO FILHO, 2012; CAVALCANTE, 2015; CAVALCANTE; BRITO, 2016), temos descrito textos que contribuem para a premissa de que a recategorização pode ser efetivada pelos elementos linguísticos presentes no entorno discursivo.³ Defendemos, ainda, que essa noção de recategorização que extrapola a retomada lexical pode ser efetivada por fontes de referências várias: desde a predicação⁴, até os elementos tradicionalmente considerados vazios de sentidos, como os pronomes e a elipse, que podem integrar, cognitivamente, os demais valores semânticos presentes no entorno discursivo, assumindo o mesmo potencial discursivo das demais estratégias anafóricas - do referente ao serem textualizadas (GUIMARÃES, 2018; 2020)⁵. Tal noção já encontra pouso em algumas pesquisas. Embora não seja esse o cerne do trabalho de Santos e Andrade (2019), as autoras sinalizam o pronome indefinido “aquilo” como recategorizador em uma cadeia referencial analisada.⁶

Acreditamos que a noção de encapsulamento anafórico também possa contribuir para a recategorização ao longo do texto. Isso pode ocorrer porque o encapsulamento tem como função basilar condensar porções textuais, independentemente da extensão, localizando-as e identificando-as (no caso dos pronomes), ou, simultaneamente, inaugurando um novo referente (no caso das expressões nominais, que funcionam como encapsuladoras e rotuladoras).

Assim sendo, o encapsulamento cumpre, não apenas, o papel de construir um objeto-de-discurso, mas também ajuda a fazer progredir o texto, assumindo nele um caráter organizacional, desempenhando, além disso, a dupla função referenciadora e predicativa (CAVALCANTE, 2011; KOCH, 2011). Essas características textual-discursivas do encapsulamento podem funcionar, a nosso ver, como ancoragem que possibilita a recategorização cognitiva de certas expressões ou palavras textualizadas, ao inserir novas informações àquelas entendidas como dadas, pois o

3 Da perspectiva de Ciulla e Silva (2008), “entorno discursivo” são todas as pistas encontradas ao redor do referente que possam contribuir, ainda que indiretamente, para a construção de seu sentido. A pesquisadora diz ter encontrado em Varela, Thompson, Rosch (1991, *apud* CIULLA, 2008) apoio do ponto de vista da ciência cognitiva para defender a concepção assumida.

4 Vale resgatar que, já nos trabalhos iniciais sobre a recategorização, Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) propuseram a noção de *recategorização* não apenas por meio uma expressão referencial renomeadora, efetivada pela operação lexical, mas, também, pela predicação que lhe é conferida, fato que pode levar a alterar a carga representativa do referente na memória discursiva.

5 Defendemos que o entorno discursivo é o que possibilita que um pronome leve o coenunciador a retomar não apenas o objeto instaurado, mas, com ele, as informações presentes na predicação.

6 Além de possibilitar uma reflexão sobre a função discursiva do pronome, este tipo de descrição conecta-se aos estudos que defendem a noção de *continuum* anáfora-dêixis, difundida, atualmente, nos estudos da referenciação (CAVALCANTE; SANTOS, 2014).

encapsulamento com rotulação “refere e nomeia uma extensão do discurso, alinhando-a com o argumento que está sendo desenvolvido, e que agora continua em termos do que foi apresentado como ‘fato’” (FRANCIS, 2003, p 196).

Acreditamos, como Alves Filho (2010), que observar a recategorização pela lupa do contexto tanto confirma a necessidade de haver negociação do referente e, portanto, sua imanente instabilidade, como também reitera que o lugar social dos coenunciadores ajuda a estabilizar esse referente. Esse tipo de proposta revela o que defendemos para as pesquisas em Linguística Textual: que essas noções, de cunho contextual, possam agregar estudos teóricos de outros campos do saber para se conhecer mais profundamente esse contexto. Nossa defesa se embasa na tese seguinte: se o texto puder ser analisado ao nível micro (linguístico), em uma relação com o nível macrossocial, em veio interdisciplinar, como o fazem as diferentes análises do discurso, poderá ter sua relação de sentidos ainda mais otimizada. Sabemos que esta tem sido uma discussão acirrada e apresenta, como contra-argumento, a implicação que isso geraria na própria noção de texto, podendo transformar a teoria do texto em um método, ou pretexto, para uma concentração nas discussões exclusivamente macrossociais – que já teriam lugar suficientemente amplo das diferentes abordagens de análise do discurso. Entretanto defendemos que a Teoria do Texto vem evoluindo a ponto de conseguir congrega questões inter/transdisciplinares sem desconfigurar seu cerne teórico.

Acreditamos que essa reflexão sobre a *recategorização* já tenha espaço, por exemplo, na atenção que Alves Filho (2010) dá ao dialogismo presente nessa construção. Segundo Alves Filho (2010), assumir, claramente, o dialogismo de Bakhtin nos estudos da referência pode auxiliar as interpretações dos pesquisadores sobre como, a depender do lugar social no qual se (co)enuncia, os sujeitos participantes podem atribuir diferentes sentidos a determinado “objeto de mundo”.⁷ Não apenas isso, a referenciação também já é vista por meio do contexto mais amplo, quando o conhecimento partilhado acaba influenciando as escolhas das instaurações e retomadas anafóricas, o que pode modificar, inclusive, o grau de informatividade, especialmente, a depender do domínio discursivo em que se materializa o texto. Nesse sentido, defendem Santos e Cavalcante (2012, p. 660): “A construção da referência é um processo dinâmico; dependendo das relações intertextuais e interdiscursivas, por vezes, ela se move sobre ambiguidades contextuais, exacerbando ainda mais esse dinamismo, que exige do leitor maior elasticidade nas expectativas que cria”.

Não é, pois, uma grande novidade querermos abordar a noção de recategorização a partir de uma base contextual. Trata-se, apenas, de direcionar um foco de modo a poder relacionar o lugar semântico mais geral do léxico, nas retomadas, mas, ainda, as especificidades semânticas

7 A exemplo disso, Alves Filho apresenta os referentes “casinha” e “palacete”: referenciados por enunciadores de lugares sociais, cognitivos e discursivos distintos, os recategorizadores representaram, em certo diálogo, o mesmo objeto de mundo – ao que Alves Filho (2010) chama de “plurilinguismo referencial”.

desse léxico a depender das atribuições específicas que ele vier a receber, a depender do grupo social ou das causas sociais em que ele se situa. Esta noção de “recategorização social” dialoga com a análise da canção “Maria, Maria” (GUIMARÃES, 2020), em que verificamos como as extrapolações da construção de um referente, a partir do olhar sociocognitivo do interlocutor, podem ocorrer.

O gênero textual/discursivo canção

Assumimos o gênero textual-discursivo canção como pertencente ao discurso literomusical. “Aparentado” com a poesia literária, além da estrutura, a canção apresenta construções linguísticas semelhantes às do poema, que autorizam, como parte inerente de sua constituição, as subversões linguístico-gramaticais – até mesmo pela construção histórica do poema, criado, originalmente, para ser cantado. Essas subversões potencializam as construções de sentido do gênero textual/discursivo canção, funcionando para servir ao ritmo e à melodia pretendidos.⁸

Todavia há, atualmente, defesas teóricas a favor de se observarem outras linguagens para além das verbais, visando à definição desse gênero. Para Costa (2001, 2010), o gênero textual/discursivo canção é um gênero híbrido, que soma as linguagens verbal e musical, sendo, estas, facetas indissociáveis.⁹ Torres (2022) também vê o gênero da perspectiva intersemiótica e defende a análise da canção pela trinca letra/melodia/ritmo, sendo os três aspectos, intencionalmente, imbricados para a produção de sentidos do texto.

Se vista dessa perspectiva, a análise de uma canção deveria assumir todas as semioses que a envolvem (desde os arranjos instrumentais, passando pelo timbre de voz do artista, até sua performance no palco), pois é a intersecção dessas diferentes linguagens que permite a forja de um projeto de dizer intimamente ligado a questões tanto linguísticas quanto contextuais, representando, simultaneamente, o micro e o macrossocial. Por sua vez, do ponto de vista dos estudos da linguagem, esse gênero textual não deveria estar limitado ao objetivo de se conhecer determinado contexto de produção sem uma análise de sua construção linguístico-textual.

No tocante à amplitude desse valor micro-macrossocial do gênero, adotamos a tese de Costa (2001), que descreve canção na base de um discurso constituinte – a partir de discursos prévios, o discurso constituinte “elabora” um novo discurso, passando a difundir uma “nova” representação ideológica, que passa a ser reproduzida/difundida a partir dessa forja.

Essas são teses caras, para nós, e levam-nos a defender que a letra de uma canção não deveria ser abordada isoladamente dos demais aspectos semióticos, por uma perspectiva

⁸ Citamos, aqui, apenas uma forma de construção, visto que são diversas as formas de composição – primeiramente, a letra é escrita; ou, primeiramente, a música é composta; ou ambas são produzidas em concomitância; ou a letra é produzida e, posteriormente, adaptada para caber na música composta...

⁹ Essas facetas levam Costa (2001) a definir o gênero canção como um gênero verbo-melódico breve, de veiculação vocal.

apenas “pragmática” – como um gênero que facilita o trabalho docente com seus aspectos “metodológicos” (por possibilitar “utilizar” a musicalidade da canção como pretexto para atrair a atenção dos estudantes, visando, porém, observar, exclusivamente, os fatos linguísticos encontrados na letra da canção). É o que ainda se vê, por exemplo, nos livros didáticos – muitos deles se dizem atualizados, porque tão somente colocam em sua página um QR code que possibilita que o estudante tenha acesso à canção para conhecê-la.

Embora não tenhamos por objetivo o aprofundamento teórico do gênero canção, acreditamos que algumas desconstruções ajudam a compreender que o aspecto melódico é igualmente fundamental para a compreensão do projeto de dizer contido na letra da canção. Por isso, destacamos que a análise verbal empreendida na canção “Índio do Brasil” é, apenas, um recorte analítico do todo da canção – recorte esse selecionado, exclusivamente, pela especificidade do estudo das recategorizações e pelo fato de o estudo não pretender (tampouco poder) ser exaustivo em todas as suas possibilidades analíticas.

A escolha e a definição da palavra “índio” como formas de massacre - Ou: a(s) identidade(s) cultural(is) que não cabe(m) no dicionário brasileiro

Embora o artigo não esteja vinculado ao campo da etimologia, ou da lexicologia/ lexicografia, ou da semântica histórica, uma visita, mesmo que apenas superficial, às origens do vocábulo “índio” contribui tanto para as análises da recategorização presente na letra da canção quanto para as discussões delas advindas.

Vejamos como o verbete “índio” aparece no dicionário¹⁰:

10 Por possibilitar livre busca e, conseqüentemente, amplo acesso, elegemos o dicionário on-line de língua portuguesa, disponível em:

<https://www.dicio.com.br/indio/#:~:text=substantivo%20masculino%20Natural%20ou%20habitante,continente%20asi%C3%A1tico%3B%20indi%C3%A1tico%2C%20%C3%ADndico.&text=adjetivo%20Que%20se%20pode%20referir,do%20pa%C3%ADs%20asi%C3%A1tico%20%E2%80%9C%C3%8Dndia%E2%80%9D.>

Figura 1 - Definição do verbete índio.

[/www.dicio.com.br/indio/](http://www.dicio.com.br/indio/)

Significado de Índio

substantivo masculino

Natural ou habitante da Índia, da República da Índia, país localizado no continente asiático; Indiático, indico.

[Etnologia] Indivíduo que faz parte de alguma denominação indígena, dos povos nativos e originários de um país (este uso é considerado obsoleto, a forma preferencial para esta acepção é indígena); Indígena, aborígine, autóctone.

[Regionalismo: Nordeste] Papagaio de papel.

[Regionalismo: Rio Grande do Sul] Pessoa cheia de bravura, coragem; corajoso.

[Regionalismo: Rio Grande do Sul] Funcionário de uma estância.

adjetivo

Que se pode referir à Índia; indiano.

Etimologia (origem da palavra *índio*). Do nome próprio do país asiático "Índia".

substantivo masculino

[Química] Metal branco de símbolo *In*, número atômico 49, massa atômica 114,818, que funde a 155°C e que se extrai das blendas de Freiberg, muito usado na indústria nuclear como absorvedor de nêutrons; índium.

Etimologia (origem da palavra *índio*). Do latim científico *indium*.

Fonte: Dicionário on-line de português

O primeiro sentido denotativo atribuído ao verbete “índio” representa os moradores originários do Brasil a partir da denominação dada pelos colonizadores que, chegando às terras hoje chamadas brasileiras, enquanto pensavam ter chegado às Índias, chamaram-lhes “índios” (das Índias)¹¹. Encontramos, também, o verbete definindo, de forma conotativa e pejorativa, os povos originários. Ainda, outro exemplo, o verbete está definido como um elemento químico, um metal da tabela periódica.

Do ponto de vista dos estudos da linguagem, é consenso que, quando alguém ou algum grupo cria ou seleciona e utiliza determinado léxico para nomear um grupo, ele está representando uma dominação, em nível simbólico, sobre tal grupo. No caso específico da palavra “índio”, os portugueses demonstraram representação de *posse* dos povos que já viviam nas terras em que chegavam e, mesmo quando perceberam que estas não eram as terras das Índias, continuaram a utilizar o nomeador “índio”.

Há, ainda, o sentido de que índio como metal (valor monetário) esteja representado no metal pertencente à tabela periódica, que ganhou o mesmo espaço, no dicionário, dado à palavra índio (= indígena).¹² Para compreender essa distinção, há de se ressaltar que a palavra “índio”,

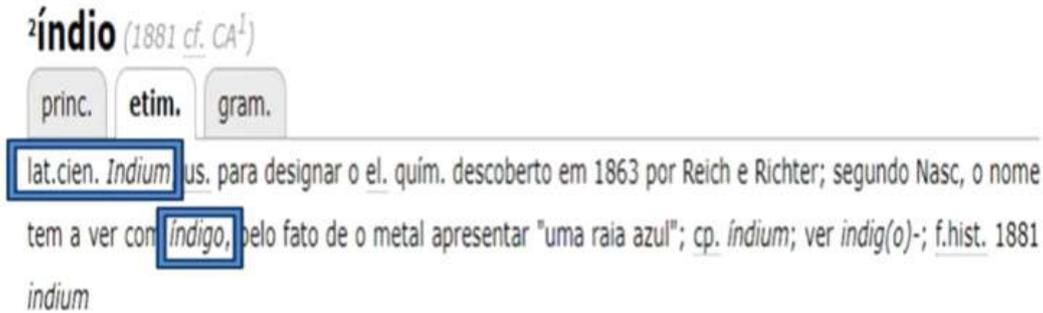
11 Esta é uma representação de um verbete encontrado no dicionário. As questões históricas sobre os nomes recebidos pelos indígenas com o advento da invasão são amplas e complexas. Os povos originários receberam apelidos desde “negros da terra” até “bugres”, entre outras formas depreciativas e colonizadoras.

12 Um questionamento comum feito à relação de sentidos entre índio e metal é possível, por exemplo,

no sentido de “metal”, tem origem no latim “índigo”, um tipo de azul que colore o referido metal da tabela periódica.

Para ampliar a questão, recorremos ao Dicionário Houaiss:

Figura 2 - Definição do verbete índio-metal



Fonte: Dicionário Houaiss on-line

Seria adequado dizer, portanto, que são palavras homônimas. No entanto os indígenas relacionam a palavra “índio”, com o sentido de metal, como fazendo referência a si. E há uma explicação histórica para essa interpretação: durante o processo de subordinação forçada dos indígenas, os europeus começaram a usá-los como moeda de troca. Foi desta forma que a palavra índio ganhou o valor monetário, também (“tal coisa vale tantos índios”). Assim sendo, índio acaba sendo representado, na linguagem da época, como aquele que podia ser trocado, como aquele que podia ser negociado (WERA, 2017).

Com esse conhecimento contextual, não consideramos inadequado que os representantes originários atribuam à palavra “índio” (a que adjetiva os indígenas, e não a que nomeia o componente da tabela periódica) o sentido de “metal”; pelo contrário, esta alusão não poderia ser desconsiderada, pois estamos falando a partir da perspectiva sociointeracionista, sob a égide do conceito do texto que se concretiza quando os sujeitos, sociocognitivos, inscritos em lugares sócio-históricos, estabilizam, momentaneamente, determinado referente. Dessa forma, ao recategorizar o vocábulo “índio” como “metal” (=dinheiro), há de se ouvir esta voz e considerar esse texto em seu contexto.

Ainda para fins de contextualização, consultamos no dicionário, também, o verbete “índigena”. Lá, ele concentra, basicamente, a noção de “nativo”:

Figura 3 - Definição do verbete indígena

quando se compara o momento histórico de organização da tabela periódica, século XIX; e a invasão às terras em que viviam os indígenas brasileiros, no século XV.

indígena

Resultados

✓ indígena
2 gêneros singular

✓ indígena
fem. de indígena

indígena (iss. d. BarD)

princ. etim.

adjetivo e substantivo de dois gêneros

1 relativo a ou população autóctone de um país ou que neste se estabeleceu anteriormente a um processo colonizador <arte, costumes i.> <os i. africanos>

1.1 relativo a ou indivíduo que habitava as Américas em período anterior à sua colonização por europeus <as reservas i. do Amapá> <política i. de Portugal> <os i. estão lutando para manter a posse de suas terras>

2 p.ext.; infm. que ou o que é originário do país, região ou localidade em que se encontra; nativo <animais i.> <fauna i.> <i. e turistas ficam fascinados com a ilha do Bananal>

sinônimos

indigeno (p.us.); ver tb. antonímia de ádvena

antônimos

ver sinonímia de ádvena

Fonte: Dicionário Houaiss on-line

Em seu nascedouro, a palavra indígena se refere aos povos aborígenes autóctones. Define os nativos que viviam em determinada área geográfica antes da colonização daquela área. Isso se explica pela própria formação do léxico, que abrange o prefixo “Ind” (de dentro) e “gena” (de gens de genética).¹³ O verbete indígena, portanto, representa os “nascidos dentro”.

Vê-se, com essa breve retomada da construção e da forma como foi assumida a palavra, que os moradores originários do hoje confederado Brasil foram chamados “índios” por determinado posicionamento ideológico de colonização. Ou seja: um colonizador, com os seus pensamentos de colonizador, com sua representação ideológica de invasor, selecionou “sua” palavra para “dar nome” a outro grupo – apagando, com isso, as próprias identificações do grupo – que já tinham nomeação e línguas variadas.

Por sua vez, é importante fazer uma breve reflexão sobre o “lugar de fala”.¹⁴ É muito comum ouvir diferentes grupos/cidadãos indígenas autodenominarem-se “índios”. Isso ocorre porque a palavra “índio” foi repetida e reiterada sobre/para esses povos ao longo de, aproximadamente, cinco séculos, nas diferentes esferas sociais e repetida pelos diferentes atores sociais. Assim sendo, ao serem forçados a aprender a falar a língua portuguesa, foi natural que esses grupos agregassem ao seu vocabulário a palavra que lhes fazia referência. Todavia a reflexão, do ponto de vista dos indígenas, parece estar para além de eles mesmos utilizarem ou não a palavra “índio” – parece estar em múltiplas dimensões, desde as territoriais até as filosóficas:

13 O oposto de indígena seria alienígena.

14 Conceito complexo que utilizamos, aqui, no sentido amplo de que o discurso de determinado grupo, social e historicamente silenciado, possa atuar/ressoar em lugares de protagonismo. Trata-se, justificamos, de um apanhado deveras genérico e superficial do conceito que esperamos abordar de forma mais aprofundada em trabalhos futuros.

[a] falsificação ideológica que sugere que nós temos paz é para a gente continuar mantendo a coisa [o sistema nos moldes colonialistas]¹⁵ funcionando. Não tem paz em lugar nenhum. É guerra em todos os lugares o tempo todo [...]. A guerra é um estado permanente da relação entre os povos originários daqui, que foram chamados de “os índios”, sem nenhuma trégua, até hoje. (KRENAK, 2019, 14’21” e 29’34”).

Por razões como essas elencadas, ligadas à opressão, compõe a pauta dos indigenistas a *difusão* do caráter pejorativo que recai sobre a palavra “índio”; mas, também, o alerta sobre a pouca amplitude do termo “indígena” para a causa, que considera a concepção da palavra como limitada e limitadora. Isso ocorre devido à singularização que a palavra “indígena” pode promover (WERA, 2017). Apesar de não caracterizar, por definição, teor ofensivo contra esses grupos, a palavra “indígena” não contempla a diversidade de etnias, línguas, culturas, povoamentos, formas de liderança, rituais religiosos e todo tipo de envolvimento e desenvolvimento socioeconômico que pode caber em determinado aldeamento – redundando, ideologicamente, no apagamento dessas características. Por isso, para os defensores das causas indígenas, difundir termos mais adequados para referir aos povos originários do Brasil é algo representativo, tendo em vista que essa substituição contribui para “descatequizar um pouco essa visão do “índio”, congelada no tempo, no espaço e no passado” (WERA, 2017, 7’36”-7’46”).

Tal aprisionamento ocorre, nas vias discursivas, quando não se compreendem nem se ressignificam certas marcações lexicogramaticais. E desenvolver essa compreensão justifica não apenas a necessária análise de textos que sejam representativos para esses grupos, que façam ressoar suas vozes, mas, também, a essencial difusão de modelos de análises empreendidas nesses textos levando-os às salas de aulas do Ensino Básico, pois será por meio desses estudos, com base em textos representativos, que se ampliará o conhecimento sobre o massacre e a escravização dos povos originários e fará com que sua luta e resistência sejam (re)conhecidas.

Uma proposta de análise da canção

Nesta seção, concentrar-nos-emos na análise da canção, cuja *performance* está disponível no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=Tw3IUbdD6lQ>), destacando alguns pontos atinentes à recategorização.

Índio do Brasil (Matsipaya Waura Txucarramãe)

E eu sou índio do Brasil e luto contra opressão,
E nessa nova era a minha flecha é o meu som.
Que chega com respeito pra honrar os ancestrais,
Meus heróis mebêngôkrê de borduna e coca.
Que lutaram bravamente contra a ordem nacional,
Deixando com orgulho a herança florestal,

15 Acréscimo nosso para fins de explicação do contexto da fala.

Que hoje vem sofrendo com o marco temporal,
 E ruralistas destruindo o patrimônio natural.
 E eu não ficar parado vendo mundo sucumbir,
 Nesse jogo nebuloso que não dá pra fugir,
 Vou buscar a minha paz pra eu poder sorrir,
 Lado a lado com a família, pra nós poder seguir,
 Na resistência contra a PEC que tenta impedir,
 Alimentado o preconceito que tenta nos atingir.

(Refrão)

Não tenha medo!
 Tamos juntos nesse mundo pra unificar
 Jamais se cale!
 Seja você em qualquer lugar

Não tenha medo!
 Acredite em você e vai brilhar
 Jamais se cale!
 Seja você em qualquer lugar!

E não adianta nos tratar como um marginal,

Por que o direito de ir e vir, é constitucional,
 E não venha me falar que todo índio é igual,
 Cada um é cada um com seu legado ancestral.
 Mostrando a você a cultura milenar,
 Através da resistência e do seu linguajar,
 Defendendo a nossa terra que tenta nos tirar,
 Abalando o governo que tenta nos matar.
 Eles usam a economia pra poder explorar,
 Colando fazendeiro pra nos amedrontar,
 Invadindo eles vem matando líderes kaiowá,
 E sem saber do proceder as crianças vão chorar
 E lá na frente da esplanada vamos juntos reivindicar,
Por isso todos gritam: Demarcação já!

(Repete refrão)

E é **por isso** que eu lhe digo somos **uma só nação**,
 E nessa harmonia a gente faz revolução,
 Por que a luta continua e eu sigo essa missão,
 Fazendo do amor a minha libertação.
 E no meio desse caos eu me criei em meio à rua,
 Sempre em conexão com arte e sua cura,
 Assim eu fui crescendo na quebrada observando,
 O racismo oprimindo e matando vários manos,
 Que estão na correria e lutando pela vida,
 Por isso eu não nego a Amazônia esta na mira,
 Mas por ela eu vou lutar e jamais vou arregar,
 Se no protesto a polícia começarem a atirar.

Sob a perspectiva teórica que defendemos, o título da canção instaura o OD e, simultaneamente, recategoriza-o, nas idas e vindas das construções do OD ao longo do texto. Destacamos, assim, dois movimentos no título da canção. O primeiro movimento consideramos ser “de dentro para fora”, na relação entre os indígenas com os não indígenas. Esta instauração do OD “índio” contribui para ressignificar a ideia preconceituosa e socialmente difundida de que “índio” representa um povo uno, a despeito do lugar, da região e do país/região em que se encontra. O autor do texto especifica o OD, que deixa de figurar como o OD popularmente conhecido pelo senso comum como “o grupo da pipoca e da paçoca”, e inicia o processo discursivo como um OD recategorizado, que abarca uma concepção identitária: a do sujeito que não apenas é indígena, mas, também, é proveniente do Brasil – com História e histórias específicas, língua(gens) específicas, agrupamentos/aldeamentos específicos, culturas específicas que o distinguem de índios de outros países, de outras colonizações ou não colonizações. Essa recategorização pauta a questão de identidade(s) (HALL, 2006). Tratar-se-ia de um “simples” acréscimo que, todavia, amplia a complexidade do discurso que defendemos ser constituinte.

O segundo movimento que o título permite depreender é o movimento “de dentro para dentro”, que só é compreensível se o coenunciador dispuser de algum conhecimento do discurso indigenista. Trata-se de um movimento que defendemos ser macrosocial, ou uma *recategorização contextual* – apenas pelo conhecimento do contexto mais amplo (quem é o compositor, qual sua procedência, quais suas inscrições políticas), o OD pode ser redimensionado, logo após ser instaurado, tendo em vista que esta recategorização depende do conhecimento sobre o contexto para ser compreendida de acordo com o projeto de dizer do enunciador.

No caso específico do título da canção, o compositor, ambientalista e defensor das causas indígenas não usa a palavra “índio” de maneira depreciativa, tampouco de modo a ignorar as preferências discursivas de seu grupo étnico. Conhecer o contexto permite depreendermos que a escolha pela palavra “índio” está pautada em questões estilísticas (tendo em vista o ritmo da canção, que perderia a “batida”, se uma palavra mais longa substituísse a palavra “índio”), ou pelo costume linguístico histórico, mas não no desconhecimento discursivo do autor da letra, um indigenista que em outras situações discursivas utiliza ou a terminologia “indígena” ou as especificidades étnicas dos seus parentes. De toda a forma, a instauração do OD, cujo núcleo é tido, historicamente, em sua forma depreciativa, no contexto da canção, é ressignificado de modo a configurar um projeto de dizer positivo.

A recategorização foi empreendida, também, no OD “flecha”. É consensual o saber de que a flecha é uma ferramenta de ataque de várias etnias indígenas. Entretanto, na letra da canção, o enunciador ressignifica o referente por meio da predicação: “minha flecha é o meu som”, amplificando o sentido de luta dos indígenas: eles estão, também, nas lutas simbólicas, ideológicas, como participantes ativos delas.

Entendemos que o pronome relativo “que”, no verso terceiro, serve, discursivamente,

para ressignificar, em efeito espiralado, os sentidos de “flecha”. Por meio desse pronome, o OD “flecha” é, não apenas, o som, mas é um som respeitoso em relação aos ancestrais (“Que chega com respeito pra honrar os ancestrais”). Esta pode ser uma demonstração de que o pronome relativo não aponta, apenas e diretamente, para um nome, mas pode promover, igualmente, a recategorização, e resgatar os sentidos presentes no entorno discursivo.

Além dessa compreensão verbal, o pronome relativo possibilita inferências a partir do nível multissemiótico. Ao invés de construir um verso com uma organização lexicogramatical como em: “minha flecha é o meu som e o meu som chega” (construção hipotética), o enunciador escolhe o pronome “que” (Minha flecha é o meu som/que chega), o que possibilita dar mais andamento ao ritmo da canção. Esse tipo de análise permite interpretar que, ao nível discursivo, e por meio da intersemiose, o pronome relativo “que” promove uma liga rítmica à canção, podendo ser entendido como a convalidação do sentido de rapidez da flecha.

Esse apontamento discursivo do uso do pronome “que” na recategorização dos elementos do texto em tela possibilita, ainda, lançar um olhar sobre as identidades apresentadas na estrofe. Ele, o pronome, provoca, novamente, um efeito espiralado à canção, ao reiterar e recategorizar, desta vez, os nomes que constroem essas identidades.

Em “**Que** lutaram bravamente contra a ordem nacional”, o pronome destacado não apenas aponta, como AD, para “os ancestrais”, mas carrega uma recategorização, por meio do entorno discursivo, desses ancestrais: ancestrais heróis de diferentes grupos indígenas. Essa recategorização possibilita a desconstrução de saberes preconceituosos e cristalizados, que difundem, por exemplo, a ideia de que os indígenas são, todos, uma “coisa” só, uma grande “tribo”. A recategorização de “ancestrais”, por meio do entorno discursivo, apresenta ancestrais distintos, embora, igualmente, heróis para o eu-lírico.

Há, ainda, um ponto a mencionar sobre o uso do pronome “que” na estrofe. Para abordá-lo, replicaremos o trecho da canção:

E nessa nova era a minha flecha é o meu som.
Que chega com respeito pra honrar os ancestrais,
 Meus heróis mebêngôkrê de borduna e coca.
Que lutaram bravamente contra a ordem nacional,
 Deixando com orgulho a herança florestal,
Que hoje vem sofrendo com o marco temporal,
 E ruralistas destruindo o patrimônio natural.

Ao passo que o pronome incorpora os sentidos presentes no entorno discursivo, podemos assumir que ele atrai as entidades retomadas (“som”, “ancestrais”, “herança florestal”), apontando para a compreensão indígena de que todas essas entidades, conjuntamente, definem pertença. Tal compreensão pode ser reforçada com a conjunção “e”, que marca, com sentido de oposição, a mudança das entidades, ao inserir “ruralistas”, na estrofe, com sentido de oposição.

Vê-se, na trama textual-discursiva, uma forja dual, como nas lutas: enquanto a representação ideológica presente nas recategorizações observadas nos primeiros está mais ligada a questões identitárias, possibilitando a identificação positiva de um eu-lírico respeitoso dos ancestrais e da natureza; na segunda estrofe, constrói-se uma identificação negativa dos ruralistas, da PEC e do governo (por meio de ações negativas contra os povos indígenas e sua cultura e contra a natureza). Concentremo-nos na PEC.

A anáfora indireta “PEC” foi assim classificada por remeter a outros referentes no próprio texto. Contudo, também os demais referentes contribuem para uma noção recategorizada de “PEC”. Para depreender o sentido distinto presente na expressão, o leitor/ouvinte precisa de um aparato contextual: ter um conhecimento mínimo do discurso político e, assim, saber que PEC é a sigla para Proposta de Emenda à Constituição (Federal brasileira), a qual é discutida e votada, desde que não (inter)fire (nas)as cláusulas pétreas presentes na Constituição.

Além disso, para compreender as críticas feitas à PEC referida no texto, o leitor/ouvinte precisa conhecer, minimamente, o contexto de luta dos indigenistas contra a aprovação da PEC 215/00, que, em suma, para o autor da proposta Almir Sá (PPB/RR), “Inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.”¹⁶ (BRASIL, 2000)

Os indigenistas têm, contra a referida PEC, o fato de ela ferir o art. 60 da Constituição de 1988 (uma cláusula pétrea)¹⁷, tendo em vista que retira dos diferentes grupos indígenas o pleno direito sobre suas terras, que lhes são pertença histórica.

Voltemo-nos, pois, para o texto instaurado, claramente, no domínio discursivo político. A partir da informatividade resgatada do contexto, somos conduzidos a interpretar que a expressão referencial não apenas representa uma economia linguística que contribui para a musicalidade da canção (“PEC”, no lugar de “PEC 215/00”, possibilita mais andamento ao ritmo da canção), mas agrega noções ideológicas de “PEC que tenta impedir”. Podemos depreender, dessa recategorização e pelo entorno discursivo, uma denúncia contra os malefícios e contra as perdas irreparáveis que a PEC provocaria, se aprovada, aos povos originários que ainda conseguem habitar em suas terras.

Observamos, ainda, que a perspectiva das pesquisas atualizadas em referenciação não descarta as recategorizações realizadas por meio das expressões referenciais. Essa descrição

16 Descrição registrada em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>

17 Especificamente o inciso IV, contido no quarto parágrafo, que diz não ser objeto de deliberação a possibilidade de abolição [d]os direitos e garantias individuais Íntegra do artigo: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10633322/artigo-60-da-constituicao-federal-de-1988>

realizada com o viés cognitivo-discursivo apenas quer amplificar as possibilidades de realizações discursivas nos textos. Isso pode ser visto, por exemplo, ao assumir que o sintagma nominal “Nesse jogo nebuloso” não apenas encapsula “E ruralistas destruindo o patrimônio natural”, como também dá andamento ao projeto de dizer do compositor, que embala o sentido de resistência e de oponência que forja a canção – contribuindo, pois, para a construção identitária de resistência dos povos indígenas.

Ampliemos um pouco, ainda, a análise, passando a algumas recategorizações presentes na segunda estrofe, que dá continuidade a um projeto de dizer que, por meio do alto grau de informatividade, ajuda a desfazer a associação da identidade indígena com o lugar de ignorância.

Vejam, a exemplo disso, o verso “Porque o direito de ir e vir é constitucional”, em que o lexema “direito” é instaurado e, simultaneamente, recategorizado como “direito de ir e vir”. Além de construir a representação identitária de um indígena que especifica saber sobre o campo do direito – porque “direito” é um termo muito vago e pode não gerar grau elevado de argumentatividade para os fins específicos do texto. Para além dessa recategorização, a predicação “é constitucional” eleva o grau de informatividade do texto, e tanto contribui para a desconstrução da imagem fraudulenta do indígena como um ser ignorante quanto ajuda a difundir a imagem do indígena como ser inserido nos saberes acadêmicos formais.

Tal recategorização alinha-se ao projeto de dizer desenvolvido na canção: a questão da terra, que envolve, também, o preconceito difundido de que os indígenas são grupos que ficam, ou que deveriam ficar, apenas, em suas terras e entre seus pares – como se o país fosse dos não indígenas, e que estes invadem seu espaço, quando saem de seus lugares, como se fossem não brasileiros. O próprio contexto aciona esse saber por meio do verso anterior, quando o eu-lírico seleciona o léxico “marginal” (não adianta nos tratar como marginal”).

Importa observar, ainda, a recategorização presente em “Cada um é cada um”. Ao contrário do que se diz, tradicionalmente, sobre a repetição promover reiteração sem recategorizar, defendemos que, ao repetir a expressão “cada um”, na predicação, o eu-lírico quer provocar, cognitiva e discursivamente, uma ênfase que leva a desconstruir outra noção equivocada a respeito dos indígenas: a de que eles são um grupo único, com crenças, valores, cultura e linguagem unificados. Os indígenas não são todos um grupo aglutinado: são vários, identitários, diferentes entre si – e é o entorno discursivo que reforça essa leitura de que os grupos são diferentes em diferentes aspectos (como visto em: “Cada um é cada um com seu legado ancestral”).

Para finalizar esta breve análise, concentremo-nos na recategorização presente no verso “somos **uma só nação**”. A escolha do sintagma nominal “nação” parece cooperar com a desconstrução de outro saber preconceituoso, também, historicamente difundido no país: o de que os indígenas são um grupo à margem da brasilidade efetiva. No entanto o uso do sintagma nominal “nação” vai sendo ressignificado, ao longo da estrofe, quando a ele é incorporado,

cognitiva e discursivamente, a noção de harmonia (“nessa harmonia”). Após conclamar para o lugar da luta e do protesto contra as atrocidades governamentais, o eu-lírico passa a carregar a noção de luta que defende: a rotina de valores como o do amor representando algo libertador e a arte representando cura, o que faz difundir valores transcendentais diferentes do que o senso (in)comum habitua-se a difundir sobre a nação “Brasil acima de tudo”.

Considerações finais

O contexto pandêmico que vivenciamos levou-nos a mudar, em muito, a nossa rotina. As produções acadêmicas, também, estiveram inclusas nessa mudança e os temas investigados acabaram atravessados por este contexto que ainda vivemos. Apesar disso, as nossas agendas não poderiam deixar de tocar assuntos que permeiam a história do Brasil e que são textualizados, ainda, de forma preconceituosa, equivocada e, com isso, reproduzidos sem criticidade. Por isso, neste artigo, pautamo-nos na relevância sociocognitiva e discursiva da análise da canção de protesto, especialmente, por fazer ressoar a voz indigenista que denuncia a opressão contra os povos originários e promove valores que levam ao melhoramento dos cidadãos, enquanto seres integrados ao universo como um só.

Acreditamos que esse tipo de análise, a partir do lugar da fala de representantes dos povos originários, ajuda a montar aparatos teórico-metodológicos que difundam a **construção** de saberes linguístico-discursivos embasados em um contexto indigenista; e, simultaneamente, sirva como ferramenta para os professores de escolas não indígenas a instrumentalizarem os estudantes com uma metodologia que desconstrua os saberes preconceituosos e/ou ignorantes que circulam, ainda amplamente, por nossa sociedade brasileira; e que, igualmente, ouçam as vozes que lutam contra os sentidos opressores.

Embora a Linguística Textual não tenha como escopo as questões macrossociais que envolvem as relações entre língua(gens), poder e mudança social, teóricos da área já consideram que o contexto integra a constituição do texto, sendo pertinente, pois, considerá-lo ao proceder-se a uma análise linguístico-discursiva (CAVALCANTE; CUSTODIO FILHO, 2010). Foi por meio desse viés co(n)textual que pudemos justificar algumas recategorizações na análise da canção que, sem esta dimensão mais ampla, não poderiam ser descritas. Além disso, conquanto nossa análise não se tenha concentrado na teoria dos gêneros textuais, acreditamos que proceder à análise considerando o contexto do gênero no qual se inscreve tenha contribuído para confirmar que a visão intersemiótica da canção corrobora o redimensionamento de certos referentes a partir da musicalidade presente na canção.

Acreditamos que a análise empreendida contribui para uma discussão que precede aspectos estritamente metodológicos, ao assentar-se em uma base co(n)textual e ao abarcar questões teórico-educacionais. Todavia, para além disso, acreditamos que um encerramento que deixe em aberto outras questões dá espaço para diálogos acadêmicos que possibilitem ampliar a discussão e embasar/convidar a produção de propostas de aulas com este viés.

Deixamos, pois, para este final (?) aspectos que precisam, ainda, ser refletidos, tais como: 1) a necessidade de conduzir os estudantes a pensarem textos representativos que façam circular a voz dos negros e dos indígenas, os sujeitos da Lei n.º 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão de temas atinentes à sua história; 2) a necessidade de considerar o lugar sociocognitivo do produtor/autor desses textos representativos, como forma de reconhecer certas produções de sentido pretendidas nesses textos; 3) a necessidade de discutir os efeitos de sentidos gerados pelo texto a partir de uma análise co(n)textual. Trata-se de uma gama de discussões possíveis, somente se estivermos, nós mesmos, despidos de certos cerceamentos teóricos.

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVESFILHO, F. Sua casinha é meu palácio: por uma concepção dialógica de referenciação. *Ling. (dis)curso (Impr.)*, v.10, n.1, p.207-226, 2010.

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sociodiscursivo*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2012

CAVALCANTE, M. M. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M. M.; BENTES, A. C. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto. p. 125-149, 2005.

CAVALCANTE, M. M. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC v. 1, 2011.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V. Revisitando o estatuto do texto. *Revista do GELNE*, v. 2, p. 56-71, 2010.

CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. O caráter naturalmente recategorizador das anáforas. In: AQUINO, Z. G. O.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. (Orgs.). *Estudos do discurso: caminhos e tendências*. São Paulo: Paulistana, 2016.

CAVALCANTE, M. M.; SANTOS, L. W. Referenciação e marcas de conhecimento compartilhado. *Lingua(gem) em Discurso*, v. 12, n. 3, p. 657-681, 2012.

CIULLA, A. *Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos*. Fortaleza, UFC, 2008. Tese (Doutorado em Linguística) do Programa de pós Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

COSTA, N. B. *A produção do discurso literomusical brasileiro*. São Paulo, PUC, 2001. Tese (Doutorado em Linguística) do Programa de Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

COSTA, N. B. As letras e a letra: o gênero canção na mídia literária. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 117-133.

CUSTÓDIO FILHO, V. Reflexões sobre a recategorização referencial sem menção anafórica. *Linguagem em (Dis)curso* (Online), v. 12, p. 839-8, 2012.

DIJK, T. V. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto, 2012.

GUIMARÃES, S. A. H. Periferias cariocas e sua geografia linguística: Aspectos da referenciação na diversidade da língua escrita – entre o ideal e o real. Rio de Janeiro, UERJ, 2018. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

GUIMARÃES, S. A. “Maria Maria”: O percurso co(n)textual de uma recategorização pela via ressignificada da teoria. *Rev. Estud. Ling.*, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 1015-1058, 2020.

GUIMARÃES, S. A. Gêneros textuais/discursivos e a educação antirracista no contexto da Pandemia: Práticas e possibilidades em tempos de austeridade. *Coletânea de monografias Prêmio Anísio Teixeira 2021 - O desafio do ensino remoto: possibilidades pedagógicas que valem a pena contar! No prelo.*

HALL S. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

JAGUARIBE, V. M. F. O jogo da recategorização no texto poético. In: XX JORNADA – GELNE. *Anais...* João Pessoa-PB. p.2597-2608, 2004. Disponível em: http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2004/prin_total.htm Acesso: 22 jul. 2019.

KOCH, I. *Introdução à linguística textual: Trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, I. *Argumentação e linguagem*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, I.; MARCUSCHI, L. 1998. A. Processos de referenciação na produção discursiva. *Delta*, n. 14, 1998.

KRENAK, A. *Guerras do Brasil*. Documentário. Episódio 1, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VeMISgnVDZ4>

LIMA, S. M. C.; CAVALCANTE, M. M. Revisitando os parâmetros do processo de recategorização. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVel*, v. 13, n. 25, p. 295-315, 2015.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI RODRIGUES, B.; CIULLA e SILVA, A. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

SANTOS, L. W.; CAVALCANTE, M. Referenciação: *continuum* anáfora-dêixis. *Intersecções* (Jundiaí), v. 12, 2014, p. 224-246.

SANTOS, L. W; ANDRADE, F. Referenciação e humor no ensino de língua portuguesa. *Interdisciplinar*, v. 31, 2019, p. 11-24.

TORRES, L. S. *A canção popular e a intersemiose para o ensino de Língua Portuguesa*. 79f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

TXUCARRAMÃE, M. W. Índio do Brasil. *Performance* musical. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tw3IUbdD6lQ>. Acesso: Abril, 2020

WERÁ, K. Programa Roda Viva. Entrevista, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iwU5KNMf014>. Acesso em: Abril, 2020.